

Articulação teórica e não “camelagem pedagógica”

Maria das Graças Targino*

HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (Org.) *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001. 277p.

Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências, coletânea organizada por Antonio Hohlfeldt; Luiz C. Martino e Vera Veiga França, com a colaboração de Giovandro Marcus Ferreira; Carlos Alberto Araújo; Francisco Rüdiger; Ana Carolina Escosteguy; Juremir Machado da Silva e Christa Berger (todos vinculados a universidades brasileiras das regiões Sul e Sudeste) passa a ser obra obrigatória nos cursos brasileiros de comunicação social, qualquer que seja sua habilitação. Não que se trate de uma edição perfeita. Ao contrário. Segundo os próprios organizadores, é um livro em processo, ou seja, aberto a sugestões e críticas para nova edição. Sua “*obligatoriedade*” vincula-se à escassez de publicações nacionais “*de fôlego*” em relação à teoria ou teorias da comunicação, temática esta que, em qualquer circunstância, constitui tarefa difícil, a partir da complexidade e abrangência dos próprios termos – teoria e comunicação.

Aqui, é imprescindível uma observação. Ao mesmo tempo em que os autores afirmam que “...é o primeiro livro de Teoria da Comunicação, em sentido estrito, destinado a professores e alunos de Teoria da Comunicação, em nível de graduação” (p. 7), acrescentam que não se enquadra como publicação didática no sentido restrito do termo, “*porque não pretendeu seguir os modelos dos livros didáticos de 1º e 2º graus [e] nem se trata de um livro de ensaios...*” (p. 7), o que soa como paradoxal, haja vista que, destinando-se à disciplina citada, necessitaria incorporar características essencialmente didáticas. No entanto, comete equívocos similares aos de outras coletâneas acadêmicas: a fragmentação das partes, a repetição e/ou superposição de conteúdos, a falta de harmonia em seu todo e a estrutura diferenciada dos capítulos são perceptíveis. Exemplificando: (1) a concepção de comunicação aparece em diferentes capítulos; a teoria crítica também é abordada em momentos diferentes (capítulos cinco –

* Doutora em Ciência da Informação pela UnB, professora da Universidade Federal do Piauí.

parte 1 e dois – parte 2); (2) a expressão – artigo – consta de alguns capítulos, como dois e cinco – parte 1, o que, pode parecer um detalhe, mas revela a desarticulação entre partes; (3) em termos estruturais, os capítulos não são harmônicos: os sistemas de citação e referência, a indicação de titulação, o uso de notas de rodapé apresentam-se variados.

Ademais, sem que isto reduza o valor da publicação, contrariando as expectativas dos discentes no sentido de uma publicação não wolferiana, seus 11 capítulos agrupados em dois blocos – parte 1 (capítulos um a cinco) e parte 2 (capítulos um a seis), invariavelmente, fazem alusão a Mauro Wolf (1994), com raras exceções, ou mais precisamente: capítulos um e quatro (parte 1) e capítulos dois, três e seis (parte 2). De qualquer forma, é uma abordagem mais acessível aos universitários, pois se é impossível não valorar Wolf, é hipocrisia negar o “*temor*” dos universitários brasileiros em relação à sua obra *Téorias da comunicação*. Em termos de conteúdo, a parte inicial disserta sobre a epistemologia e origens históricas do processo de comunicação. A seguinte, sobre as correntes teóricas, paradigmas e tendências da área.

O primeiro dos capítulos (L. C. Martino, *De qual comunicação estamos falando?*) prioriza a polissemia do termo comunicação, a partir de sua etimologia *communicatio*. Enfoca, ainda, o estado de dicionário, com a exploração de sete significações mais usuais, a partir das quais, Martino estabelece excelente distinção entre informação e comunicação, objeto de polêmica nos eventos científicos das áreas de ciência da informação e comunicação:

“... não temos comunicação sem informação, e, por outro lado, não temos informação senão em vista da possibilidade dela se tornar comunicação. (...) [E] uma informação é comunicação em potencial (grifo do autor), se levarmos em conta a sua capacidade de ser estocada, armazenada (codificada) e reconvertida num segundo momento (decodificada)” (p. 18).

A seguir, *Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação*, do mesmo autor, discute a questão da interdisciplinaridade, a partir da premissa de que a natureza interdisciplinar da comunicação não dispensa a necessidade de definição de seu objeto. Ao contrário. Reforçando W. Schramm, para quem a comunicação é uma espécie de encruzilhada, pela qual, muitos passam e poucos permanecem, Martino busca a especificidade do trabalho do comunicólogo como disciplina autônoma, lançando, a início, perguntas desafiantes, como estas: em que medida a análise do discurso não é obra do

filósofo, do literato ou do lingüista? A formação da opinião pública e os conflitos ideológicos não se inserem na esfera da sociologia ou das ciências políticas? Os signos não são temas da psicologia ou da filosofia do conhecimento?

Se a comunicação busca se consolidar como disciplina, não pode figurar apenas como intersecção passiva ou simples efeito de diferentes orientações do saber. Sua interdisciplinaridade deve ser exigência do próprio objeto, o que demanda, por conseguinte, a explicitação deste objeto. Após argumentos sólidos, o autor infere que os estudos de comunicação giram em torno dos meios de comunicação, ou seja, estes se configuram como o elemento que melhor caracteriza o objeto da comunicação, até porque se estão presentes noutras disciplinas, não constituem o objeto de estudo particular de nenhuma delas.

O objeto da comunicação/a comunicação como objeto (V. V. França) retoma a conceituação da comunicação e seu objeto, a partir do fato incontestável de que a comunicação, enquanto processo social, sempre existiu na história da humanidade: *“A modernidade não descobriu a comunicação – apenas a problematizou e complexificou seu desenvolvimento, promovendo o surgimento de múltiplas formas e modulações na sua realização.”* (p. 41).

Repetindo o autor anterior, França lembra que as dificuldades mais graves da comunicação são as inconsistências na construção de seu objeto de estudo. Os fatos e práticas que constituem objeto de estudo da comunicação (atividades profissionais distintas; diferentes veículos; linguagens distintas etc.) possuem características tão particulares, que é utopia imaginar a adoção de esquemas conceituais capazes de incorporar, satisfatoriamente, tal pluralidade. E mais, há mutação sistemática do objeto empírico, graças à alteração das práticas comunicacionais, resultante das inovações tecnológicas que atingem a sociedade contemporânea, a cada instante, aliado ao fato de que a comunicação apresenta recortes passíveis de estudo por outras disciplinas. Esta herança de múltiplos olhares enriquece a percepção, mas, paradoxalmente, dificulta a integração teórica e metodológica da comunicação. Aliado aos dois fatores ora discutidos (ambos ligados à diversidade), há o agravante de que os estudos em comunicação estão sujeitos a modismos.

Na realidade, França extrapola a sua proposição inicial (objeto da comunicação e a comunicação como objeto), apresentando breve panorama histórico dos primeiros estudos e das correntes da comunicação, descritos, de forma mais consistente, em trabalhos posteriores. De qualquer forma, mostra que o corpo teórico da comunicação apresenta-se fragmentado, tanto

no que se refere à heterogeneidade dos aportes, quanto na diversidade de suas práticas: “É possível, apesar disso, torná-lo enquanto tal – um domínio científico específico? O elenco de estudos que compõem o que chamamos ‘teoria’ ou ‘teorias da comunicação’ pode começar a ser visto como uma nova disciplina ou campo científico particular?” (p. 50). A dúvida continua!

A. Hohlfeldt, em *As origens antigas: a comunicação e as civilizações*, discorre sobre a relação entre os processos comunicacionais e o desenvolvimento dos povos, retomando, *en passant*, a concepção de comunicação, abordada, antes, por Martino e França. Tomando como base a sociedade ocidental, disserta sobre o fenômeno comunicacional em sua relação com o desenvolvimento tecnológico e científico, avanços culturais e sociais, em cinco momentos, que vão desde a Grécia (século V aC) até o momento atual. A cada época, face às suas peculiaridades, correspondem sistemas de comunicação distintos, sendo evidente que o processo desenvolvimentista das nações depende de um sistema eficiente de comunicação.

Dando continuidade às colocações do trabalho anterior, *As origens recentes: os meios de comunicação pelo viés do paradigma da sociedade de massa* (G. M. Ferreira) discute a chamada sociedade de massa. Traça o percurso entre sociedade moderna e sociedade de massa e, para tanto, lança mão da versão de vários estudiosos (É. Durkheim, F. Tönnies, M. Weber, K. Marx, A. Tocqueville). Todos evidenciam que a sociedade moderna perde o sentimento de pertencimento e dá lugar ao homem-massa, amorfo, insensível aos valores coletivos, atomizado e “recluso em seu espaço privado”, porquanto os espaços públicos são, então, refuncionalizados, seguindo uma lógica de “privatização”. É a sociedade industrial do século XX, vista como uma multidão, cujos indivíduos estão isolados física e psicologicamente e as relações interpessoais, quando existem, não são importantes no processo comunicativo.

Neste contexto, os meios de comunicação visam refazer a ligação dos indivíduos com a sociedade. E então, para exemplificar o funcionamento do paradigma da sociedade de massa, Ferreira trata de quatro abordagens presentes ao longo do século passado nos estudos dos media: teoria hipodérmica, teoria crítica, espiral do silêncio e *agenda setting*, todas discutidas em capítulos posteriores.

A partir do próprio título, *A pesquisa norte-americana*, evidencia-se a proposta de C. A. Araújo, no sentido de expor a pesquisa na área de comunicação nos EUA. De início, cita tendências do início do século XX, entre os anos 20 a 40, mostrando que estas iniciativas são limitadas até o

nication Research (MCR), reunindo abordagens e autores distintos, mas mantendo características básicas, exaustivamente discutidas no texto. Também descreve os três eixos que integram os MCR, quais sejam: Teoria Matemática da Comunicação, Corrente Funcionalista e Teoria Hipodérmica (Wolf, 1994). De forma genérica, são estudos que se fundamentam na sociedade da massa e nas teorias behavioristas, que percebem a ação humana como respostas aos estímulos externos.

A partir dos anos 40, trabalhos inseridos na Escola Americana dos Efeitos visam ao aperfeiçoamento da Teoria Hipodérmica. A segunda corrente é a Teoria dos Efeitos Limitados, que incorpora abordagens psicológicas e sociológicas. Aliás, como adendo, acrescenta-se que Wolf (1994) não confere a esta corrente o estatuto de teoria, mas apenas de abordagem. Em torno da década de 60, os MCR passam a dialogar com outras correntes norte-americanas e correntes européias, também comentadas por Araújo, que, em alguns momentos, esquece o seu público-leitor (aluno de graduação) e deixa em aberto algumas concepções, como a do interacionismo simbólico.

É possível que o leitor recorra a Wolf (1994), para maior compreensão do conteúdo de *A Escola de Frankfurt*, sob o encargo de F. Rüdiger, cujo conteúdo aparece diluído, em textos anteriores. O autor enfoca a Escola em seus dois momentos principais. A princípio, T. Adorno, M. Horkheimer, E. Fromm, H. Marcuse, além de W. Benjamin e S. Kracauer. Posteriormente, J. Habermas. Rüdiger dissecou o conceito de indústria cultural e as discussões daí advindas, segundo as idéias de Adorno, Horkheimer e Marcuse, para identificar a “...*conversão da cultura em mercadoria, ao processo de subordinação da consciência à racionalização capitalista*” (p. 138), ocorrido nas primeiras décadas do século passado. O autor é, particularmente feliz, ao final do seu texto, quando faz uma reflexão sobre as críticas e contra-críticas que surgem na área de comunicação quanto aos possíveis ideais apocalípticos contidos na Teoria Crítica e suas diferentes interpretações.

O capítulo *Os estudos culturais* (A. C. Escosteguy) retrata o tema *cultural studies*, sob um recorte que privilegia as conexões entre *mass media* e cultura popular. Apresenta sua trajetória, das origens até a atualidade, enfatizando sua origem britânica. Chama a atenção, mais uma vez, para a complexidade do objeto da comunicação e seu caráter interdisciplinar, o que os estudos culturais só reafirmam, face à multiplicidade de seus objetos de estudo.

O pensamento contemporâneo francês sobre a comunicação, sob a responsabilidade de J. M. da Silva, traz uma síntese do pensamento francês na área, embora reconheça, desde o início, que se trata de uma tarefa-desafio. Isto porque, em sua visão, inexistia uma “*escola francesa*”. Há nomes díspares de intelectuais que, em momentos diversos, refletem sobre a comunicação. Entre eles: R. Barthes, P. Bourdieu, E. Morin, J. Baudrillard, P. Lévy, R. Debray, M. Maffesoli, M. Foucault e L. Althusser, todos muito citados em estudos comunicacionais, produzidos no Brasil. E, de fato, a questão dos estudos franceses é muito controversa, uma vez que eles não produzem teorias, mas críticas às instituições de comunicação, as quais se situam no campo da sociologia da cultura. A comunicação é um tema recorrente, simplesmente porque as instituições de comunicação ocupam papel relevante no cenário cultural contemporâneo, mas em nenhum desses autores a comunicação é um tema central. Como conseqüência, o que Silva consegue é tão-somente reafirmar sua preocupação inicial, qual seja:

“Como homogeneizar o que é heterogêneo por definição e escolha? Como agrupar pensadores que sempre fizeram questão de combater-se? Como dar unidade ao que sempre buscou a diversidade? Como conectar o que nunca passou de simulação de rede? Como teorizar o que não se apresenta sob a forma de teoria? Como justapor recortes?” (p. 171).

Isto porque, o autor, ao mesmo tempo em que tenta apontar a falta de harmonia do pensamento francês, constrói, ele próprio, um texto, que carece de encadeamento lógico, até para melhor apontar a heterogeneidade dos estudos. Seu capítulo é, basicamente, um recorte, sem justaposição adequada.

Hohlfeldt figura, mais uma vez, como autor, no capítulo *Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação*, abordando, desta vez, perspectivas contemporâneas, especificamente, *agenda setting*, *newsmaking* e espiral do silêncio. As duas primeiras desenvolvidas, na coletânea, por G. M. Ferreira, e também, satisfatoriamente, por Wolf (1994). Talvez, seja o capítulo mais longo da publicação, mas é um excelente texto. Evidencia que as alternativas teóricas em torno do processo comunicacional são quase infinitas.

A princípio, destaca os pressupostos da hipótese de *agenda setting*, enriquecidos por uma série de exemplos, sempre de cunho político, uma vez que política e políticos são bastante sensíveis ao agendamento. Quanto ao *newsmaking*, como o termo sugere, destaca a produção de informações, ou seja, a transmutação dos acontecimentos cotidianos em notícia. A espiral do silêncio,

desenvolvida por Elisabeth Noelle-Neumann, desde 1972, tem como fundamento a percepção seletiva e retoma a concepção de acumulação provocada pelos meios de comunicação (essência de *agenda setting*), com o intuito de posicionar a mídia como onipresente no processo de formação de opinião.

Finaliza a coletânea, *A pesquisa em comunicação na América Latina*, de C. Berger, para quem, “São demandas políticas e sociais, mais do que inquietações científicas...” (p. 241), o que estimula a produção de conhecimento em comunicação na América Latina, o que se aplica aos MCR (EUA), cuja motivação central é o impacto social da mídia e à Escola de Frankfurt, que tem, no nazismo, sua fonte de inspiração. Em se tratando da América Latina, a dependência estrutural, que acarreta uma cultura do silêncio e da submissão, mas também, de resistência e luta, constitui o “pano de fundo” da busca para compreender a comunicação. Para a consecução de seu objetivo, a autora historia três elementos – centros de estudos, publicações e autores.

Enfim, o lançamento de *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências* representa tentativa válida de oferecer ao aluno de graduação em comunicação, uma publicação de cunho generalista. Neste sentido, sugere-se aos autores não apenas maior atenção aos detalhes constantes do início desta análise, como também, a elaboração de índices de assunto e onomástico, para imprimir maior dinamismo à publicação, que, sem dúvida, tem significativa representatividade no combate à “camelagem pedagógica”, retomando o papel da universidade enquanto centro pensante e responsável por uma articulação teórica consistente, dentro do prescrito por Pereira (1990, p. 9-11):

“...se [a universidade] é o lugar onde se deve cultivar a teoria *juntamente com a prática* (grifo nosso), no ensino e na pesquisa (...) ela curiosamente parece refletir hoje uma espécie de ‘neurose’ ou fobia teórica.

“...o conceito de professor eficiente passa a ser o que dá aulas leves e não cansa, vale dizer o que não exige labor; pesquisa; articulação teórica. O trabalho teórico da leitura, da pesquisa, da discussão e crítica passa a ser substituído pela ‘camelagem pedagógica’”.

Referências Bibliográficas

- PEREIRA, O. *O que é teoria*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. 90 p.
- WOLF, M. *Teorias da comunicação*. 3ª ed. Lisboa: Presença, 1994. 247 p.